

ARTIGO

# PRECISÃO E INDEPENDÊNCIA NAS COBERTURAS JORNALÍSTICAS DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS NA AMAZÔNIA

Copyright © 2015  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

ALLAN SOLJENÍTSIN RODRIGUES  
*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

GRACE SOARES COSTA  
*Faculdade Martha Falcão, Brasil*

**RESUMO** - O artigo apresenta alguns dos resultados obtidos no projeto de pesquisa "Jornalismo e meio ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos climáticos extremos pela imprensa escrita de Manaus", realizado pelo Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo na e sobre a Amazônia (LABJAM), que teve como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas na Amazônia nos anos de 2005 e 2010 realizada pelos dois jornais de maior circulação de Manaus. A investigação apontou a pouca contribuição da cobertura jornalística para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital da Amazônia sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais e seus efeitos.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Amazônia; Seca; Eventos Climáticos Extremos.

## EXACTITUD E INDEPENDENCIA EN LAS COBERTURAS PERIODÍSTICAS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS EN LA AMAZONÍA

**RESUMEN** - El artículo presenta algunos de los resultados obtenidos en el proyecto de investigación "El periodismo y el medio ambiente en la Amazonia: la cobertura de los eventos climáticos extremos por la prensa de Manaus", llevada a cabo por el Laboratorio de Periodismo de Estudios Avanzados en y sobre la Amazonia (LABJAM), que tenía por objeto la cobertura de noticias de ocurrir sequías en el Amazonas en 2005 y 2010 llevó a cabo por los dos principales periódicos en Manaus. La investigación señaló la poca contribución de la cobertura informativa para la toma de decisiones informadas por los residentes de la capital principal del Amazonas en temas relacionados con el cambio climático global y sus efectos.

**Palabras clave:** Periodismo; Amazonas; Sequía; Eventos climáticos extremos.

## **ACCURACY AND INDEPENDENCE IN JOURNALISTIC COVERAGE OF EXTREME WEATHER CONDITIONS IN THE AMAZON**

**ABSTRACT** - The article presents some of the results obtained in the research project "Journalism and environment in the Amazon: the coverage of extreme weather events by the press of Manaus", conducted by Journalism Laboratory of Advanced Studies in and on the Amazon (LABJAM), which had as its object the news coverage of occurring droughts in the Amazon in 2005 and 2010 carried out by the two major newspapers in Manaus. The research pointed to the little contribution of news coverage for informed decision-making by the residents of the main capital of the Amazon on issues related to global climate change and its effects.

**Keywords:** Journalism; Amazon; drought; Events Climate Extremes.

### **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo é resultado de uma pesquisa interdisciplinar que parte destas premissas e teve como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas na Amazônia nos anos de 2005 e 2010. A pergunta que orientou a investigação buscou saber se a imprensa escrita da região conseguiu informar eficientemente seu público sobre os fenômenos das secas e suas implicações. Para dar conta da resposta, lançamos mão de ferramentas metodológicas e arcabouços teóricos de áreas como a Comunicação, o Jornalismo, a Sociologia e a Ciência Política. O nosso propósito foi verificar se houve qualidade nas informações científicas e ambientais passadas durante as coberturas jornalísticas sobre eventos climáticos extremos feitas por dois dos principais jornais impressos da região: Diário do Amazonas e A Crítica.

A pesquisa voltou-se especificamente para a investigação da qualidade do trabalho jornalístico acerca dos eventos climáticos extremos na Amazônia. Os Estados democráticos consagraram os direitos da imprensa de informar e dos cidadãos de receber informações, tornando-os elementos vitais da vida democrática (MELO, 2009). Isto deu ao jornalismo a função social de fornecer as informações que as pessoas necessitam para se autogovernar (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) e a missão de ser um veículo de informação capaz de equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações. Diante destas premissas, acreditamos que um trabalho

jornalístico de qualidade pode contribuir para qualificar e ampliar os debates sobre a questão ambiental e seus reflexos sobre a região amazônica e suas populações.

A investigação da qualidade do jornalismo praticado na Amazônia sobre eventos climáticos extremos deu-se à luz dos princípios norteadores da atividade jornalística. Traquina (2005), afirma que ao longo do tempo o jornalismo incorporou uma série de princípios ou valores que passaram a guiar o exercício da profissão a fim de garantir a qualidade da informação transmitida à sociedade. Isso fez dos jornalistas, segundo Hymes (1980), um grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade, ou seja, uma comunidade interpretativa. Diante da tarefa difícil de elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam, adotamos a proposta de Kovach & Rosenstiel (2003), que após 300 entrevistas com jornalistas organizaram uma lista com nove princípios capazes de permitir ao jornalismo alcançar sua finalidade. Levamos em conta também as funções dos gêneros jornalísticos científico e ambiental definidos por Oliveira (1990) e Bueno (1984), respectivamente.

A pesquisa oferece contribuições para se traçar um retrato da qualidade da informação científica e ambiental veiculada pela mídia impressa sobre a questão das mudanças climáticas na Amazônia. Ao nos debruçarmos sobre este tema, pretendemos contribuir oferecendo bases teóricas para a qualificação do trabalho jornalístico sobre a questão ambiental. Buscamos, em última análise, contribuir para uma maior democratização do conhecimento científico/ambiental junto à sociedade, fator tão importante para ajudá-la a tomar decisões esclarecidas diante de temas emergentes ligados a questão ambiental e ao desenvolvimento da Amazônia.

## **2 PRINCÍPIOS DO JORNALISMO**

Um estudo quantitativo e qualitativo da cobertura das secas de 2005 e 2010 na Amazônia pelo método da análise de conteúdo requer a construção de categorias de análise com base em critérios objetivos. A proposta da pesquisa foi construí-las tendo como base a função do jornalismo nas democracias, seus princípios gerais e os elementos específicos do jornalismo científico e ambiental. Elencar os princípios do jornalismo e as discussões éticas que os permeiam não é tarefa fácil, pois estão em constante mutação e não há consensos

construídos formalmente entre a categoria. A seguir, elencamos os princípios do jornalismo definidos por Kovach e Rosenstiel (2003) e acrescentamos a eles outras contribuições teóricas de pesquisadores brasileiros do campo da comunicação:

- **Compromisso com a verdade:** o primeiro compromisso do jornalismo deve ser com a verdade (PENA, 2005). Torna-se necessário esclarecer que trabalhamos com o conceito de Kovach e Rosenstiel (2003) no qual a verdade jornalística é diferente da verdade filosófica, pois a primeira é construída paulatinamente, matéria a matéria, visando o entendimento do fato no todo.
- **Lealdade ao interesse público:** esse princípio nos leva a uma pergunta inicial: chamamos de independência jornalística o fato de o jornalismo ser financiado pelo setor privado, mas servir aos interesses públicos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).
- **A disciplina da verificação:** aproximar-se da verdade é servir ao interesse público e para isso faz-se necessária uma disciplina de verificação das informações publicadas. Para Kovach e Rosenstiel (2003), essa disciplina da verificação separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte.
- **Independência das fontes:** para Chaparro (2001), a organização e a capacitação discursiva das fontes é a mais importante modificação ocorrida nos processos jornalísticos nos últimos quarenta anos. A preocupação da influência das fontes na agenda jornalística se aplica também ao campo da opinião. Kovach e Rosenstiel (2003) advertem que proibições rigorosas não garantirão que um jornalista permaneça livre de engajamentos pessoais ou intelectuais.
- **Ser um monitor independente do poder:** o princípio de guardião do interesse público do jornalismo se aplica tanto às ações do governo quanto aquelas das demais instituições poderosas da sociedade (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Cabe aos jornalistas romperem com a concepção de bipolarização (jornalismo *versus* governos) dos conflitos do poder, pois há sempre um terceiro polo que precisa ser levado em consideração e ganhar identidade: o povo.

- Promover um fórum para a crítica e o comentário público: segundo Kovach e Rosenstiel (2003), convém evitar abordar os lados extremos de um assunto, pois exclui a maioria dos cidadãos e dificilmente são conciliatórios. Quando este princípio não é observado o espaço para o fórum de discussões passa a ser ocupado pelo espetáculo e até mesmo pela ficção.
- Apresentar o significativo de forma interessante e relevante: esse princípio refere-se a dois aspectos do trabalho jornalístico: a escolha das notícias (o que é significativo) e a produção do texto (tornar as histórias interessantes). Em relação ao primeiro aspecto, Pena (2005) considera que revelar o modo como as notícias são produzidas é mais do que a chave para compreender seu significado, é contribuir para o aperfeiçoamento democrático da sociedade.
- O jornalista tem um dever com sua consciência: preconiza que todos os jornalistas – da redação à sala da diretoria – devem ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade – uma bússola moral (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

### **3 JORNALISMO CIENTÍFICO E AMBIENTAL**

#### **3.1 JORNALISMO CIENTÍFICO:**

Se o jornalismo ainda busca o reconhecimento acadêmico enquanto objeto e campo de pesquisa, não poderia ser diferente com seu gênero voltado para as informações científicas. Por isso, cabe aqui estabelecer mais alguns contextos e conceitos sobre o jornalismo científico. Problematizando o papel do jornalismo científico, Ivanissevich (2005) considera que cabe a ele possibilitar debates sobre questões polêmicas como a clonagem de embriões, alimentos transgênicos e mudanças climáticas globais. Essa função teria amparo não somente nas responsabilidades éticas da mídia, mas também porque têm apelo popular e asseguram a audiência e a venda do produto (notícia). Bueno (1984) considera que o jornalismo científico cumpre seis funções básicas, a saber:

- Função informativa: está implícita na própria conceituação de jornalismo científico, ou seja, a divulgação de fatos e informações de natureza científica e tecnológica,

permitindo ao cidadão comum inteirar-se das novas descobertas das ciências e das suas implicações políticas, econômicas e socioculturais;

- **Função educativa:** o jornalismo científico deve estar atento ao fato de que em muitos casos ele é a única fonte popular de informação sobre ciência e tecnologia;
- **Função social:** manifesta-se pela preocupação em situar a informação científica e tecnológica num contexto mais amplo. Ela prevê o debate dos temas e da tecnologia à luz das aspirações da sociedade e faz coincidir os interesses com os objetivos da produção e da divulgação científica;
- **Função cultural:** o jornalismo científico deve trabalhar em prol da preservação e valorização da cultura nacional e repelir qualquer tentativa de agressão aos nossos valores culturais;
- **Função econômica:** cabe ao jornalismo científico exercer o papel de contribuir para aumentar o intercâmbio entre os institutos, universidades e centros de pesquisa nacionais e o setor produtivo;
- **Função político-ideológica:** levando em conta que muitas vezes o jornalismo científico é financiado pelas grandes empresas multinacionais que, através dele informam a opinião pública de suas realizações no campo científico e tecnológico, ele deve evitar funcionar apenas como mero reproduzidor destes interesses e apenas legitimá-los junto à sociedade.

### **3.2 JORNALISMO AMBIENTAL**

A função social do jornalismo ambiental é estar política, social e culturalmente engajado com a causa do desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. “Só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou refêns dos grandes interesses” (BUENO, 2007, p.29). O atingimento desta função, que não se descola da função social do jornalismo de forma geral, supõe a

observância de alguns princípios e procedimentos que a comunidade jornalística do campo ambiental vem adotando ao longo dos anos. Com o objetivo de subsidiar a análise da cobertura das secas de 2005 e 2010 no Amazonas, objeto desta pesquisa, procedemos uma revisão da bibliografia produzida a este respeito e destacamos os oito pontos convergentes apontados pelos autores consultados:

a) Diversidade de fontes:

As reportagens ambientais precisam abrir espaço não somente para os que já possuem espaço de fala nos veículos de comunicação (autoridades, pesquisadores, empresários e políticos), mas também àqueles comumente silenciados pela mídia (entidades de classe, líderes comunitários, integrantes de comunidades afetadas pelos problemas ambientais, etc.).

b) Independência em relação às fontes:

No dia a dia da cobertura ambiental o jornalista não deve escolher os assuntos que irá cobrir com base em sugestões encaminhadas por agências de comunicação, assessorias de imprensa, pesquisadores, ONG's, dentre outros sem antes buscar entender as razões e os interesses que estão por trás delas (BUENO, 2007).

c) Abrir o espaço para o debate:

Este ponto mostra-se associado ao anterior, pois na medida em que a escolha das fontes se dá sob a ótica da diversidade é natural a ocorrência do debate de opiniões entre elas. Quando privilegia fontes do âmbito acadêmico, do universo político (as autoridades) e da comunidade empresarial o jornalista ambiental incorre em uma atitude elitista, autoritária e não democrática ao retirar o espaço das falas e experiências dos cidadãos comuns (BUENO, 2007).

d) Evitar o sensacionalismo:

Este item está relacionado à compreensão, muitas vezes ausente nas redações, de que fazer jornalismo ambiental não significa aderir à histeria. "O entusiasmo retórico muitas vezes tende a ficar cego diante do evidente – argumentos e fatos são duas coisas diferentes. (FONSECA, 2004, p.137). O autor explica que tal comportamento sensacionalista da imprensa ocorre devido ao fato desta nem sempre se pautar pelo incentivo ao debate público. Pelo contrário, prefere destacar as catástrofes ambientais fazendo manchetes que beiram o terrorismo relacionando a ecologia ao medo.

e) Nem tudo se resume às questões econômicas:

Alguns profissionais de imprensa quando não relutam em reconhecer a importância dos aspectos ambientais na economia tendem a resumir todas as suas implicações ao campo econômico. Uma cobertura criativa e consequente que enxergue, estude e explore as múltiplas conexões existentes entre as variáveis ambientais e o mundo do dinheiro, do comércio exterior e do sistema financeiro ainda é rara na imprensa nacional (SCHARF, 2004).

f) Procurar aliar jornalismo e educação:

O jornalismo ambiental deve dar condições para que o cidadão participe do debate sobre o desenvolvimento sustentável desempenhando uma função pedagógica no sentido de sistematizar conceitos, disseminar informações, conhecimentos e vivências. Diante da crise ecológica e das mudanças climáticas, a imprensa precisa assumir também a responsabilidade de educar e transformar, e não somente informar (BELMONTE, 2004).

g) Evitar a fragmentação da cobertura:

A fragmentação decorrente muitas vezes do sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura das questões ambientais (BUENO, 2007). Esse tipo de cobertura leva os jornalistas a ter um olhar míope sobre a questão ambiental, na qual não há preocupação com o contexto das ocorrências, ou seja, as pessoas terminam não sabendo o que aconteceu antes da notícia e suas prováveis consequências (SCHARF, 2004).

h) Caráter revolucionário e engajamento:

Os jornalistas ambientais, talvez por sua proximidade com causas que buscam mudanças no atual modelo de desenvolvimento e sua consequente necessidade de alterações profundas nas sociedades, se veem como partícipes de um processo revolucionário e apregoam o engajamento de seus pares. Autores como Bueno (2007) e Geraque (2004), fazem a ressalva de que cumprir esse papel revolucionário não significa ser panfletário (parcial) ou “verde” (ativista ambiental).

#### **4 O MÉTODO DA PESQUISA**

Como dito antes, a metodologia utilizada na pesquisa fez uso de métodos quali-quantitativos. Utilizamos a análise de conteúdo, pois se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear

informação dado a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). O método qualitativo é aplicado na análise de entrevistas em profundidade com jornalistas, leitores qualificados e fontes. Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias sobre as secas de 2005 e 2010. Esta pesquisa lançou mão da análise de conteúdo pelo fato de ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos.

Amparados nos pressupostos descritos acima, procedemos à análise do conteúdo jornalístico publicado nos jornais A Crítica e Diário do Amazonas sobre as secas de 2005 e 2010. A escolha destes periódicos diários deu-se pelo fato de serem o primeiro e o segundo de maior circulação no Amazonas respectivamente. O método consistiu no recolhimento e análise de 112 textos jornalísticos publicados de agosto a dezembro dos anos em que ocorreram os fenômenos (51 referentes à seca de 2005 e 61 à seca de 2010) nos jornais A Crítica (28 matérias em 2005 e 41 em 2010) e Diário do Amazonas (23 matérias em 2005 e 20 em 2010) com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias de análise. Os critérios adotados na seleção dos textos estão centrados no fato de esses trazerem as palavras-chave seca, estiagem ou vazante; terem sido publicados no 2º semestre dos anos de 2005 e 2010 (período da vazante dos rios na Amazônia); e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010).

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010). O objetivo da análise foi verificar a qualidade da informação científica e ambiental da cobertura jornalística das secas de 2005 e 2010 feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas, seu o corpus foi exposto no parágrafo anterior e a escolha das categorias de análise baseou-se nos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental e nas premissas para a categorização da análise de conteúdo. As categorias definidas foram:

- Categoria Precisão: analisa a veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo. Engloba os elementos dos princípios gerais do jornalismo, tais como: o compromisso com a verdade, a lealdade ao interesse público, a disciplina da verificação e do dever do jornalista com sua

consciência. E também a qualidade do jornalismo ambiental de evitar o sensacionalismo.

- **Categoria Independência:** analisa se houve problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010. Agrega o princípio geral do jornalismo de ser um monitor independente do poder.
- **Categoria Pluralidade:** analisa o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010. Abrange os princípios gerais do jornalismo de promover um fórum para a crítica e o comentário público e da independência das fontes, e ainda as funções: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Na mesma categoria incluem-se as qualidades da diversidade de fontes, de abrir o espaço para o debate e o caráter revolucionário e engajamento do jornalismo ambiental.
- **Categoria Contextualização:** analisa a contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas. Reúne as qualidades inerentes ao jornalismo ambiental de procurar evitar a fragmentação da cobertura e não resumir tudo às questões econômicas.
- **Categoria Sensibilização:** utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005 e 2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental. Congrega o princípio geral do jornalismo de apresentar o significativo de forma interessante e relevante, a função educativa do jornalismo científico e a qualidade de procurar aliar jornalismo e educação do jornalismo ambiental.

Após o estabelecimento das categorias de análise, elaboramos um formulário contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens possuíam, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo

e de seus subgêneros científico e ambiental. As questões foram formuladas e distribuídas de acordo com os elementos temáticos de cada categoria, como demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 1:** Categorias de análise e questões do formulário de análise das reportagens

<b>Categoria de Análise</b>	<b>Elementos analisados nas reportagens nas categorias</b>	<b>Questões fechadas do formulário de análise das reportagens</b>
Precisão	A veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as secas de 2005/2010 e suas causas e efeitos sem sensacionalismo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual o enfoque principal da matéria?</li> <li>• Qual a causa apontada para a seca de 2005/2010?</li> <li>• O texto das matérias referentes às causas e consequências possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?</li> </ul>
Independência	Problematização das responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionou o poder público sobre as ações de combate às consequências das secas de 2005/2010?</li> <li>• A reportagem aborda a efetiva execução e a eficiências das medidas anunciadas pelo poder público para remediar os efeitos da seca?</li> <li>• Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades do poder público?</li> <li>• A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para prevenir ou remediar os efeitos das secas?</li> </ul>
Pluralidade	O espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas na questão das secas de 2005/2010.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a natureza das fontes que foram ouvidas na matéria?</li> <li>• Que vozes tiveram espaço na reportagem?</li> <li>• Em se tratando dos pesquisadores da área de clima e meio ambiente, quantos foram ouvidos na reportagem?</li> <li>• Nos casos onde a reportagem aborda as causas e consequências ambientais da seca, quantas opiniões científicas são apresentadas?</li> </ul>

Contextualização	A contextualização das causas e consequências das secas de 2005/2010 e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A reportagem resgatou as raízes históricas do problema das secas?</li> <li>• A matéria trouxe a opinião de especialistas quanto ao diagnóstico da situação e possíveis prognósticos?</li> <li>• A matéria correlacionou o problema da seca com a questão ambiental global?</li> <li>• A matéria correlacionou o problema da seca a questões econômicas, políticas ou culturais?</li> </ul>
Sensibilização	Utilização do espaço das reportagens não somente para noticiar os eventos climáticos extremos das secas de 2005/2010, mas também sensibilizar a população para a necessidade de tomada de decisões esclarecidas diante da questão ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, apresentar ao leitor informações para a compreensão dos eventos relativos a seca e a questão ambiental global?</li> <li>• A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, traduzir para o leitor termos e expressões referentes à temática ambiental pouco conhecidos?</li> <li>• A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, transmitir conteúdos ambientais educativos aos leitores?</li> <li>• A matéria buscou, além de noticiar apenas os efeitos da seca, mostrar ao leitor como os problemas ambientais os afetam ou como eles podem agir diante deles?</li> </ul>

Fonte: Roteiro feito pelo pesquisador/2013

Por meio da análise de conteúdo das reportagens sobre as secas de 2005 e 2010 foi possível traçar um quadro sobre a cobertura dos fenômenos frente aos princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental, bem como identificar os atores sociais envolvidos na produção das notícias (repórteres e fontes). No entanto, o estudo focado só nas mensagens (matérias) não oferece elementos suficientes para o conhecimento da lógica organizacional por trás da produção das mensagens (SHOEMAKER e REESE, 1996) e nem dos *feedbacks* das fontes e dos leitores. Segundo Laswell (1936), a análise de conteúdo descreve com objetividade e precisão apenas o que é dito sobre um determinado tema, num determinado lugar e num determinado espaço.

Acreditamos que esta pesquisa avança em não restringir-se ao estudo apenas da mensagem, restrito ao polo emissor, como faz a maior parte dos estudos de jornalismo comparado que consultamos. Para dar conta dos objetivos traçados, focamos o processo de comunicação estabelecido entre os jornais e seus leitores de forma mais ampla. Para tanto, também lançamos mão do método qualitativo das entrevistas em profundidade com os jornalistas envolvidos na produção, revisão e aprovação dos textos, com as fontes que os alimentaram de sentidos e leitores qualificados (cientistas, sociedade civil organizada e tomadores de decisões públicas). Para Weber (1990), a combinação operacional de aspectos qualitativos e quantitativos produz os melhores estudos de análise de conteúdo em textos.

Após a tabulação dos dados quantitativo oriundos da análise de conteúdo, foram elaborados os roteiros para as entrevistas em profundidade. O objetivo das entrevistas foi tanto obter a opinião dos entrevistados (cientistas, sociedade civil organizada e tomadores de decisões públicas) sobre os resultados apurados na análise de conteúdo quanto investigar questões que não eram possíveis apenas por meio da leitura dos textos. Esse método nos permitiu ir além da tradicional formulação de inferências com base nos resultados quantitativos, pois os atores sociais envolvidos na produção das matérias e as fontes que as alimentaram de sentidos puderam se posicionar diante dos números e explicar os contextos por trás dos mesmos. A metodologia também nos proporcionou obter informações diretamente do envolvidos nas publicações e de leitores qualificados (pesquisadores, organizações não governamentais e políticos envolvidos na formulação de políticas públicas para o meio ambiente) acerca de temas como a existência ou não de censura nas redações, a falta ou não de preparo para cobrir a questão ambiental e como estes leitores analisaram a cobertura. Diante dos resultados obtidos de forma quantitativa, os pesquisadores puderam fazer inferências sobre a qualidade da cobertura tendo como fatores norteadores os princípios de jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental e os dados coletados. Neste artigo, apresentaremos apenas os resultados referentes às categorias precisão e independência.

## **5 A PRECISÃO DA COBERTURA:**

A análise sob a ótica da categoria da precisão nos permitiu averiguar por meio da análise de conteúdo e das entrevistas a veracidade e a precisão das informações publicadas sobre as causas e consequências das secas de 2005 e 2010 e se houve sensacionalismo. Trataremos agora de cruzar os dados aferidos na análise de conteúdo com os relatos captados nas entrevistas para não somente indicar possíveis desvios, mas compreender o processo de produção das notícias e, a partir daí, buscar caminhos para melhorar a qualidade das informações científicas e ambientais das coberturas jornalísticas sobre eventos climáticos extremos na Amazônia. As análises levarão em conta os dados gerais das duas coberturas, pois os resultados alcançados por meio da análise dos textos e nas entrevistas não apontam diferenças entre os dois períodos em nenhuma das categorias estabelecidas.

Os resultados da análise de conteúdo das reportagens das secas de 2005 e 2010 no âmbito da categoria de análise da precisão (ver Tabela 1) mostraram que o foco principal das coberturas foram as suas consequências, os dramas vividos pelas populações atingidas e as ações governamentais de mitigação dos impactos sociais dos fenômenos. Do total de matérias publicadas pelos dois jornais, o tema principal em 63,4% foram os relatos de como a vazante isolou comunidades, afetou o abastecimento de água potável, fechou portos, prejudicou o transporte escolar, dificultou o comparecimento das pessoas às seções eleitorais no pleito de 2010, limitou o trabalho dos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2005, dificultou a navegação pelos rios da Amazônia e, conseqüentemente, o transporte de cargas e passageiros em todo o Amazonas e alguns Estados vizinhos. A mortandade de peixes em lagos com pouco oxigênio nas águas, a chegada de alimentos e de combustíveis às sedes municipais e as diversas ações governamentais para mitigar o sofrimento dos atingidos também tiveram destaque nas páginas de A Crítica e do Diário do Amazonas.

**Tabela 1:** Resultados da Análise de Conteúdo na Categoria Precisão

<b>Qual o enfoque principal da matéria?</b>	<b>A Crítica</b>		<b>Diário do Amazonas</b>		<b>Geral</b>
	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005/2010</b>
Consequência das secas	67,9	63,4	65,2	55,0	63,4
Causas das secas	7,1	4,9	0,0	0,0	3,6
Outros	17,9	31,7	34,8	55,0	33,0
<b>Qual a causa apontada para a seca de 2005</b>	<b>A Crítica</b>		<b>Diário do Amazonas</b>		<b>Geral</b>
	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005/2010</b>
Mudanças Climáticas	7,1	4,9	0,0	0,0	3,6
Ciclo hidrológico normal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não apontou causas	78,6	87,8	73,9	85,0	82,1
Outros	14,3	7,3	26,1	15,0	14,3
<b>O texto das matérias referentes às causas e consequências possuem verbos no futuro do pretérito (seria, deveria, iria, etc.), expressões como supostamente e provavelmente ou verbos no gerúndio (investigando, apurando, etc.)?</b>	<b>A Crítica</b>		<b>Diário do Amazonas</b>		<b>Geral</b>
	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005/2010</b>
Sim	33,3	0,0	0,0	0,0	10,0
Não	66,7	100,0	100,0	100,0	90,0

Fonte: elaborado pelos autores

Enfocar apenas as consequências e abordar em pequena escala as causas das Secas de 2005 e 2010 afeta a precisão da cobertura. Vale à pena retomar o que diz Bueno (2007, p.41), de que a pauta ambiental “não é razoável afunilar demais o foco (ver a árvore sem ter em mente a floresta) porque a problemática ambiental é abrangente”. Focar as coberturas só nas consequências não contribui, por exemplo, para que as populações possam entender as razões dos eventos climáticos extremos e, conseqüentemente, se prepararem para possíveis repetições no futuro. Isso nos remete ao princípio do jornalismo de lealdade ao interesse público, pois a escolha por um enfoque nas consequências está vinculada a busca

por mostrar os aspectos mais dramáticos do acontecimento com objetivo de potencializar as vendas e atender às necessidades dos jornais enquanto empresas capitalistas. No entanto, é possível ir além desses interesses imediatos dos patrões e ainda assim alavancar seu sucesso financeiro oferecendo matérias com conteúdo mais amplo (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003).

Apesar da predominância das consequências das secas nos dois matutinos pesquisados, tanto em 2005 quanto em 2010 as abordagens foram diferentes. O jornal *A Crítica*, seguindo a tendência dos demais veículos locais e nacionais, apostou em uma cobertura na qual o fenômeno foi encarado como atípico e enviou seus repórteres e fotógrafos a alguns municípios afetados para retratar o sofrimento das pessoas atingidas pelos fenômenos. A cobertura fotográfica de *A Crítica* e as histórias contadas pelos repórteres abasteceram os leitores com imagens de barcos encalhados, lagos secos, peixes morrendo sem oxigênio, ribeirinhos caminhando sobre a “terra rachada” e relatos de pessoas sobre as dificuldades para conseguir água potável, alimentos e as histórias de quem tinha naquele momento que percorrer longas distâncias a pé por leitos onde antes navegavam com seus barcos e canoas a caminho das escolas e das sedes municipais. Os anúncios de ações governamentais, o monitoramento da cota dos rios, as atividades da Defesa Civil e a visita de políticos das esferas estadual e federal também compuseram o mosaico da cobertura de *A Crítica*. Por outro lado, o *Diário do Amazonas* tomou a decisão editorial de dar menor espaço aos desdobramentos das secas, preferindo focar suas matérias apenas na capital e posicionou-se de maneira reticente sobre os eventos serem realmente algo inédito na região e que merecessem grande repercussão da imprensa. Vejamos:

No começo não tínhamos a percepção que seria uma coisa histórica. A partir dessa percepção, nós reforçamos a coisa de ter essa pauta todos os dias no jornal e incitar os repórteres a ir atrás dos fatos. Foi mais uma coisa de agir a partir dos acontecimentos (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal *A Crítica* durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

Todos os eventos extremos aqui são usados pelos nossos políticos para cometer crimes. Tivemos casos de superfaturamento de cestas básicas. Eles aproveitam a brecha que a lei permite para cometer desvio de dinheiro público. Não fizemos cobertura de sofrimento das pessoas porque a gente não acreditava que aquilo era um aproveitamento político, eleitoral e econômico. Não abusamos porque se o fizéssemos estaríamos corroborando com esse discurso que beneficia esses políticos (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal *Diário do*

Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Apesar da predominância das consequências das secas nas coberturas, os periódicos pesquisados, contrariamente às coberturas feitas por veículos nacionais e internacionais, não apresentaram os eventos climáticos extremos como resultados das mudanças climáticas globais. Em apenas 3,6% das matérias as mudanças climáticas globais são citadas, ficando atrás de outras possíveis causas, como o fenômeno El Niño<sup>1</sup>, que aparece em 14,3% dos textos. Questionados em relação a este dado, os dirigentes das redações, responsáveis em última instância pela manutenção das linhas editoriais e decisões a respeito dos rumos de uma cobertura, se demonstraram céticos em relação às vazantes serem fruto das mudanças climáticas globais. Os três jornalistas entrevistados demonstram preocupação com a veracidade dos fatos noticiados e com a possibilidade de embarcar numa linha sensacionalista, que atribuem à imprensa nacional e internacional, ao divergirem sobre as explicações para os eventos climáticos extremos:

O que dá pra perceber diante dos dados disponíveis é que há uma necessidade de aprofundamento científico sobre o tema. Esse aprofundamento seria para definir qual a real situação do planeta. Com isso, eu não quero dizer que o problema não existe. A questão do aquecimento global na Amazônia aponta para um provável desfecho caso não sejam tomadas as devidas precauções em relação a um projeto de sustentabilidade. A meu ver também existem outras questões, como a política. Da política mundial por mercado, pelo uso de fontes de energia e mudança de energia. A Amazônia, por ser uma região sensível ecologicamente acaba entrando nessa discussão por conta de todas estas questões (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

O fato é que a vazante e a cheia são períodos cíclicos, ou seja, acontecem todos os anos na região. Isso faz parte, e, aliás, é bom que continue fazendo parte. Eu percebi sensacionalismo na imprensa que não é daqui. A imprensa nacional trabalhou isso muito próximo do espetáculo, como uma coisa para saltar aos olhos do leitor (Hudson Braga. Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 09.12.2011).

Os jornais pouco explicaram quais as possíveis causas de tantos males e dramas retratados em suas páginas, principalmente em A Crítica. Em toda a cobertura, apenas 3,6% do material jornalístico produzido pelos dois matutinos pesquisados dedicou atenção à

busca por explicações para os fenômenos que afetavam milhares de pessoas no interior do Estado e que mobilizavam autoridades das esferas públicas municipais, estaduais e federais com liberações de recursos públicos consideráveis, por exemplo, para compra de cestas básicas, construção de poços artesianos e distribuição de filtros purificadores de água. Chama a atenção que 82,1% das matérias não fazem qualquer referência a possíveis causas para as secas de 2005 e 2010. Para fontes e leitores qualificados da comunidade científica ouvidos nesta pesquisa, não há precisão nas coberturas na medida em que as matérias oferecem aos leitores informações fragmentadas e sem a devida correlação de causas e efeitos. A saber:

O problema maior é colocar as partes mais dramáticas e não explicar as causas para as pessoas entenderem o que está acontecendo. Eu não posso obrigar a imprensa a publicar tudo que digo numa entrevista (Philip Martin Fearnside. Pesquisador do INPA, estuda problemas ambientais na Amazônia brasileira desde 1974 e uma das fontes citadas na cobertura da seca de 2005).

Poucas matérias trouxeram informações mais científicas das causas da seca de 2010. Depois da seca ter ocorrido, a imprensa local reagiu a matérias publicadas em outros veículos, principalmente informações divulgadas pelo INPE. Uma das matérias, não muito grande, que apareceu na A Crítica em novembro ou dezembro, confunde mais do que explica. Isso no primeiro dia. No segundo dia, ela traz mais informações e já explica melhor o que poderia ter acontecido e qual seria a causa. Então, a gente nota que ainda há um despreparo dos jornalistas que atuaram nesta área em decodificar e transmitir a informação científica de maneira clara e correta. As vezes ela nem é correta (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do Programa LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

A cobertura das secas de 2005 e 2010 não parece aos leitores e nem às fontes entrevistadas ter comprometido a veracidade dos fatos enveredando pela distorção deliberada no intuito de torná-los mais dramáticos com fins de aumentar as vendas dos jornais, o que Bucci (2000, p.30) situa no campo do chamado sensacionalismo e classifica como “uma mentira deslavada e consciente”. Ao dedicar espaço às explicações dos fenômenos inversamente proporcional ao dedicado aos relatos de seus impactos e dramas, as redações esqueceram-se que para a sociedade a informação sobre acontecimentos da monta de eventos climáticos extremos tem o peso adicional de dizer algo sobre a forma como podemos nos preparar para evitar novos problemas decorrentes deles. “Aí reside o que deveria ser um centro nervoso

de uma cobertura jornalística sobre situações desse tipo” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 70). Acreditamos que o conhecimento ou a discussão sobre as causas das vazantes são itens fundamentais para uma reflexão sobre a prevenção de impactos futuros. Diante disso, acreditamos que esse aspecto fragilizou a observância dos princípios da lealdade ao interesse público e a disciplina da verificação durante a cobertura.

## **6 A INDEPENDÊNCIA DA COBERTURA**

A magnitude dos impactos sociais e ambientais provocados pelas vazantes extremas ocorridas em 2005 e 2010 inevitavelmente colocaram o Estado como um dos protagonistas das coberturas. Cabia às diversas esferas de poder e seus órgãos executores dar respostas às demandas dos atingidos pelas secas por meio do planejamento e execução de ações emergenciais de mitigação dos problemas causados pelos fenômenos. Analisar os textos jornalísticos sob a lente da categoria de análise da independência direcionou-nos a investigar se houve uma abordagem das ações e responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005 e 2010 à luz do princípio geral do jornalismo de ser um monitor independente do poder (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003). Os resultados quantitativos da análise de conteúdo (ver Tabela 2), como dito anteriormente, mostram-se semelhantes entre os dois jornais se considerados apenas os números finais das duas coberturas nos quesitos analisados na categoria independência. Os dados apontam no sentido de os periódicos terem eleito os órgãos governamentais como principal fonte de informação e não terem tido com estes uma postura crítica a respeito de suas responsabilidades. Todavia, as entrevistas revelaram motivos distintos no interior das redações para esses resultados aparentemente iguais numericamente, motivo pelo qual trataremos separadamente os ocorridos no Diário do Amazonas e em A Crítica.

**Tabela 2:** Resultados da Análise de Conteúdo na Categoria  
Independência

<b>Questionou o poder público sobre as ações de combate às consequências das secas de 2005/2010?</b>	<b>A Crítica</b>		<b>Diário do Amazonas</b>		<b>Geral</b>
	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005/2010</b>
Sim	60,7	34,1	34,8	20,0	38,4
Não	39,3	65,9	65,2	80,0	61,6
<b>A reportagem aborda a efetiva execução e a eficiência das medidas anunciadas pelo poder público para remediar os efeitos da seca?</b>	<b>A Crítica</b>		<b>Diário do Amazonas</b>		<b>Geral</b>
	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005/2010</b>
Sim	0,0	7,3	8,7	0,0	4,5
Não	100,0	92,7	91,3	100,0	95,5
<b>Mostrou aos leitores quais seriam as responsabilidades do poder público?</b>	<b>A Crítica</b>		<b>Diário do Amazonas</b>		<b>Geral</b>
	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005/2010</b>
Sim	3,6	17,1	17,4	15,0	13,4
Não	96,4	82,9	82,6	85,0	86,6
<b>A reportagem abordou a questão da presença ou falta de políticas públicas voltadas para prevenir ou remediar os efeitos das secas?</b>	<b>A Crítica</b>		<b>Diário do Amazonas</b>		<b>Geral</b>
	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005%</b>	<b>2010%</b>	<b>2005/2010</b>
Sim	10,7	2,4	8,7	0,0	5,4
Não	89,3	97,6	91,3	100,0	94,6

Fonte: elaborado pelos autores

O jornal Diário do Amazonas teve o poder público como fonte principal de suas matérias sobre as secas. Nas duas coberturas, em 95,6% (média geral de 2005 e 2010) não houve qualquer tipo de citação ao efetivo cumprimento das ações anunciadas com grande espaço editorial nas páginas do matutino pelo poder público. Apenas 16,1% em média de todas as reportagens houve alguma problematização sobre quais seriam as responsabilidades do Estado frente aos problemas causados pelas vazantes e em 4,3% aparecem menções à ausência de políticas públicas de saneamento básico, educação, transporte e dinamização econômica voltadas para os municípios do interior do Estado como um elemento importante no agravamento dos impactos sentidos pelas populações afetadas pelos eventos climáticos extremos no Amazonas. Jornalistas entrevistados atribuem estes dados a influências governamentais junto à empresa, o que teria impedido uma postura mais independente do jornal.

Sempre há interferência do dono do jornal. Ou de forma explícita ou implícita. Já existem ordens dadas anteriormente. As orientações eram para "tomar cuidado". Existia o cuidado de não dizer que a seca estava sendo explorada politicamente de forma populista e assistencialista. O que nós fazíamos, de forma criativa e transversa, era colocar um box onde tinha uma informação sobre uma dispensa de licitação ou dizendo que a decretação de emergência permitia a compra sem licitação. Nós já sabíamos o que podia e não podia fazer (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Produzi uma matéria sobre a visita do ministro Ciro Gomes que estava pronta e editada. Sei porque eu fiquei no jornal e escrevi a matéria direto na página e saí do jornal acreditando que ela iria ser publicada. E para uma surpresa desagradável não foi, mas estava lá meu nome e vai ficar para sempre. Quando cheguei no outro dia na redação que vi, eu chorei muito e disse: já que vocês são pagos pelo Governo do Estado, por que vocês não tiraram meu nome da matéria? (Célia Santiago. Repórter do Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Em 2005, o jornal A Crítica consegue em 60,7% de suas matérias buscar juntos aos governos municipal, estadual e federal informações sobre o que estes estavam fazendo ou porque não estavam agindo para prevenir e mitigar as consequências das vazantes. Em 2010, o jornal seguiu a tendência do Diário do Amazonas, que desde 2005 na maioria dos textos contentou-se somente com os anúncios e números oficiais, deixando o balanço geral das duas coberturas nos dois matutinos com 61,6% das reportagens onde os governantes não foram questionados criticamente sobre suas ações ou omissões

diante da crise. Inversamente do que ocorreu no concorrente, os jornalistas de A Crítica, apesar de reconhecerem a influência do poder público na empresa, não relatam qualquer tipo de interferência na cobertura com o objetivo de evitar uma postura crítica em relação às ações ou omissões do Estado. Vejamos:

De um modo geral isso acontece devido a todo processo logístico. Há na realidade um descuido nesse sentido, pois existe sempre a ideia de que a melhor fonte para o assunto da seca é o DNPM<sup>2</sup> e outros órgãos. São consideradas fontes qualificadas. Eu não concordo com isso. Acho que os caboclos e os ribeirinhos também têm suas ideias e suas formas de se organizar diante dos fenômenos (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

Quando ocorreu a cobertura, nós não tínhamos o cargo de diretor de redação. Tínhamos dois editores executivos. Isso não mudou de lá para cá. Eu comecei na editoria de política e desde lá nunca houve uma censura prévia. Se faltou profundidade foi por despreparo nosso e não porque a empresa cerceou de alguma forma (Aruana Brianezi. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 16.11.2011).

O caso do jornal A Crítica merece uma atenção maior, já que no Diário do Amazonas os relatos dão conta de que a cobertura se viu afetada por “poderes alheios, dissimulados ou não, que correm pelas vias e veias da expressão jornalística” (CHAPARRO, 2001, p.8). Para entender melhor o ocorrido em A Crítica, precisamos levar em conta outro dado de que o Estado também não teve que se preocupar com a vigilância dos jornais em relação ao cumprimento das medidas anunciadas e repercutidas nas coberturas. A efetiva execução das ações, como a entrega das cestas básicas e dos kits de purificação de água, a construção dos poços e as demais aplicações dos recursos públicos liberados para socorrer as populações atingidas e ainda qualquer questionamento sobre se as medidas eram mesmo eficientes ou exequíveis mereceram espaço em 4,5% das matérias nas duas coberturas de ambos os jornais. As explicações dadas pelos jornalistas podem ser confirmados na teoria de Frome (2008), segundo a qual nada envelheceu tanto nesse meio tempo quanto o despreparo das redações para lidar com as questões ambientais. Vejamos agora o que dizem os repórteres desses jornais fontes da nossa pesquisa:

Nós não tínhamos a capacidade de ter um olhar mais amplo para aquele fenômeno. Isso é fato. Sem precisar reler as

matérias, só mesmo pelo que nós conseguimos fazer, pelo que nós tentamos fazer e pelo que foi publicado que a gente não sabia contrapor esse discurso (do governo). Não sabíamos se seria viável fazer tudo aquilo que estava previsto de acontecer. Não tínhamos condições de monitorar para saber se aquilo tudo aconteceu. Não tínhamos referências anteriores. Tivemos uma seca em 2005 e não conseguimos resgatar as informações para meio que comparar aquilo ali (Jorge Eduardo. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Naquele momento, nós jornalistas, não tínhamos a percepção que o problema era bem maior que apenas a falta de comida e falta de água. O problema era a crônica e histórica falta de planejamento das autoridades com as questões humanas e ambientais em grande escala. Nós tínhamos espaço na redação para publicar, mas estávamos despreparados para trabalhar essa crítica (Antônio Ximenes. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 07.12.2011).

Os relatos acima chamam a atenção para o fato de que as secas de 2005 e 2010 provocaram consequências mais graves em função da ausência de políticas públicas de saneamento básico e de inclusão social voltadas para os municípios do interior do Amazonas. O isolamento das comunidades, a falta de água potável, interrupção das aulas, racionamento de combustíveis e outras mazelas teriam menor impacto se as cidades interioranas tivessem redes de tratamento de esgotos, estações de coleta e distribuição de água. No entanto, devido ao que dizem os jornalistas, este fato aparentemente notório escapou a cobertura das secas, pois em 94,6% de todas as matérias o assunto não é tratado podendo ter passado a impressão aos leitores de que a crise vivida àquela altura era fruto apenas e simplesmente de uma fatalidade climática.

O ponto negativo foi deixar o governo, não sei se intencionalmente ou não, se aproveitar para obter bônus político. Ao invés disso os jornais deveriam ter chamado para uma reflexão. Era o grande momento de chamar para um processo de educação ambiental, de alertar estudantes, professores e etc. que precisamos tomar cuidado com o clima. Destacar mais a opiniões dos cientistas, que ficaram em pequenos boxes (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM durante as secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 23.12.2011).

Os jornalistas Antônio Ximenes e Jorge Eduardo nos permitem observar um fator importante para o entendimento das coberturas das vazantes: não houve acúmulo de conhecimento dentro das redações no período de tempo entre os dois eventos climáticos extremos. O primeiro jornalista revela que em 2005 não havia uma compreensão mais ampliada da equipe de reportagem sobre

os fenômenos que estavam cobrindo e, por isso, não conseguiram perceber que as secas não eram a causa dos problemas por ele retratados e sim a ausência histórica do Estado nos municípios do interior do Amazonas. O segundo jornalista deixa claro que pouco ou quase nada foi aproveitado das experiências vividas pelos repórteres de A Crítica na primeira cobertura e, portanto, a conclusão a qual chegou Antônio Ximenes e os demais integrantes da equipe, cinco anos antes, em nada ajudou na segunda cobertura os seus sucessores a realizar um trabalho jornalístico de maior amplitude e criticidade. A análise de conteúdo das coberturas demonstra que só 13,4% das matérias publicadas abordam os deveres do Estado em relação à prevenção e à mitigação das consequências das secas.

A seca de 2005 ocorreu um ano antes das eleições para presidente da república, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais e a de 2010 antes e durante o mesmo período eleitoral. As ações de mitigação dos efeitos das vazantes junto às populações afetadas envolveram a distribuição de cestas básicas, construção de poços artesianos e outras ações capitaneadas, principalmente, pelo governo estadual com recursos da União. Isso acrescentou um elemento a mais na importância da independência da cobertura jornalística dos fenômenos, que poderiam ter efeitos diretos sobre os resultados dos pleitos. A nossa pesquisa procurou também investigar junto a jornalistas e leitores qualificados sobre o possível uso eleitoreiro dos esforços empreendidos no sentido de atender aos afetados pelas secas, se essa possibilidade foi percebida pelas redações e, em caso afirmativo, como trataram a questão editorialmente. Todos os jornalistas entrevistados, desde os chefes de redação aos repórteres, passando pelos editores de cadernos, disseram ter consciência do risco real do uso eleitoreiro de ações emergências como as de combate aos efeitos da seca. É o que podemos perceber:

Houve (uso eleitoreiro) não só na seca, mas em todas as grandes tragédias. Os políticos locais e do resto do país têm se aproveitado destas situações. Aqui houve muitos casos de desvio de recursos. Infelizmente é recorrente isso. Acho que o papel da imprensa é fazer esse tipo de alerta, de suspeitar. (Wilson Nogueira. Chefe de Redação do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 03.11.2011).

Totalmente (uso eleitoreiro) (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

Com certeza houve uso eleitoreiro. Inevitavelmente o Estado se beneficiaria de uma ação assistencial às vésperas de uma eleição devido a uma catástrofe que ele não tinha nenhuma responsabilidade, uma catástrofe natural. Ainda mais com o tom laudatório de certas matérias com declarações de autoridades destacadas isso se amplia (Luiz Castro. Deputado Estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALEAM. Entrevista concedida em 23.12.2011).

Neste item dedicado a categoria de análise da independência, buscamos averiguar como as responsabilidades do poder público frente às causas e efeitos das secas de 2005 e 2010 foram tratadas nas reportagens, ou seja, se os jornais pesquisados assumiram o posto de monitores independentes do poder durante as coberturas. O conjunto dos dados obtidos na análise de conteúdo e as entrevistas revelam o fato de que seja pela influência nefasta de interesses políticos no interior das redações, seja pela incapacidade momentânea de contrapor o discurso oficial e de elegê-lo como principal fonte de informações para as matérias, os dois matutinos não ofereceram aos seus leitores textos jornalísticos capazes de cumprir a função social do jornalismo, de ser um interlocutor daqueles que não podem estar nos gabinetes das autoridades ou no palco dos acontecimentos e formular as perguntas de interesse público (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003). Frome (2008, p.43), alerta que se os jornalistas “não podem fazer alguma forma de apreciação, ou contextualização, tornam-se vítimas de pessoas que fazem as declarações mais extravagantes e de interesse próprio”.

## CONSIDERAÇÕES

As análises realizadas sobre a cobertura das secas de 2005 e 2010 na Amazônia nas categorias da precisão e independência revelaram fragilidades. Na categoria precisão, percebemos uma cobertura que não omitiu e tampouco supervalorizou os fatos (sensacionalismo), mas pôs-se predominantemente a retratar os dramas e as ações governamentais negligenciando informações sobre suas causas, fundamentais para uma reflexão sobre a prevenção de impactos futuros. A independência das coberturas se viu sitiada pelas relações inconfessáveis entre governos

e veículos de comunicação em uma redação e pela falta de preparo dos jornalistas envolvidos para contrapor os discursos oficiais. Esses dois fatores elegeram as fontes oficiais, ligadas ao Estado, como principais origens das informações publicadas e converteram a maior parte do conjunto das matérias publicadas em canais acríticos a veiculação das ações do poder público em 2005 (ano pré-eleitoral) e durante as eleições de 2010. Com isso, os leitores dos matutinos pesquisados não puderam contar com a contribuição do jornalismo como monitor independente do poder e capaz de reverberar seus pleitos e alertá-los sobre a não observância dos seus direitos, função essa legada ao jornalismo nas sociedades democráticas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Depto. de Jornalismo e Editoração. Doutorado. São Paulo, 1984.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Editora Minerva: Coimbra, 2001.

FONSECA, André Azevedo da. Água de fonte só: a magnitude do problema em uma experiência concreta. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

GERAQUE, Eduardo. Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) eles perdidos. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação**

**ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2004.

HYMES, D.H. (1980). **Functions of Speech.** In: D.H. Hymes, Languages in Education, Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.

IVANISSEVICH, Alícia. Como popularizar a ciência com responsabilidade e sem sensacionalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2005.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo.** São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LASWELL, Harold D. **Politics: who gets what? when? how? New York:** Whittlesey House, 1936.

MELO, José Marques de. **Jornalismo: compreensão e reinvenção.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Fabíola Imaculada de. **Jornalismo Científico e Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros.** Dissertação de (Mestrado em Comunicação), Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1990.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Guia para edição jornalística.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo.** São Paulo: Summus, 1997.

SCHARF, Regina. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2004.

SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Stephen D. **Mediating the message, theories on influences on mass media content.** 2 ed. White Plains/NY: Longman, 1996.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

TAUTZ, Carlos. Oxigênio para a energia: entenda a ideia de um “jornalismo para o desenvolvimento”. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – porque as notícias são como são**. 2ª. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WEBER, Robert P. **Basic content analysis**. 2 ed. Newbury Park/CA: Sage, 1990.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6ª ed. Lisboa: Presença, 2001.

## NOTAS

- 1 El Niño é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado por um aquecimento anormal das águas superficiais no oceano Pacífico Tropical, e que pode afetar o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, e afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias.
- 2 O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e circunscrição em todo o Território Nacional, com representação por superintendências e delegacias.

**Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues** é jornalista, escritor e professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre e doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Cultura e Amazônia (Trokanó) e coordenador do Laboratório de Estudos Avançado de Jornalismo na e sobre a Amazônia.

**Grace Soares Costa** é Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e coordenadora do Curso de Comunicação Social da Faculdade Martha Falcão (FMF).

RECEBIDO EM: 29/12/2014 | ACEITO EM: 09/12/2015